



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS

77
227

HABEAS CORPUS: 214021-2 (0007094-05.2010.8.17.0000)
COMARCA ORIGEM: Caruaru (Vara do Tribunal do Júri)
IMPETRANTE: Bel. João Bosco Porto Guimarães e outro
PACIENTES: **JOSÉ ANTONIO DOS SANTOS**
ADILSON MENEZES SANTOS
RELATOR: Des. Mauro Alencar de Barros
ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal

PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS PREVENTIVO. HOMICÍDIO. PRISAO PREVENTIVA DECRETADA. PACIENTES FORAGIDOS. EXCESSO DE PRAZO. NÃO OCORRÊNCIA. ALEGAÇÃO DE INOCÊNCIA. ESTREITEZA COGNITIVA DA VIA ELEITA. CONDIÇÕES SUBJETIVAS FAVORÁVEIS QUE, POR SI SÓS, NÃO SÃO SUFICIENTES PARA A CONCESSAO DO BENEFICIO. ORDEM DENEGADA.

1. Não há falar em excesso de prazo, na medida em que os pacientes não se encontram encarcerados preventivamente.
2. A procedência, ou não, da veracidade das alegações formuladas pela impetração, no tocante à inocência dos pacientes demandaria aprofundado exame fático, o que se mostra inexequível na estreita via cognitiva do Habeas Corpus;
3. A jurisprudência desta Corte de Justiça não apresenta divergências quanto à manutenção da custódia cautelar, para fins de garantia da aplicação da lei penal, quando verificada a fuga do acusado.
4. Eventuais condições subjetivas favoráveis, tais como primariedade, bons antecedentes, residência fixa e trabalho lícito, por si sós, não obstam a segregação cautelar, se há nos autos elementos hábeis a recomendar a sua manutenção, como se verifica no caso em tela.
5. Ordem denegada, a unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de *habeas corpus* nº 214021-2, da Vara privativa do Tribunal do Júri da Comarca de Caruaru, em que figuram, como impetrantes os advogados João Bosco Porto Guimarães e Evanice Coelho de Medeiros Guimarães, e como pacientes JOSE ANTONIO DOS SANTOS e ADILSON MENEZES SANTOS, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em **denegar a ordem** do presente *habeas corpus*, tudo consoante consta do relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do julgado.

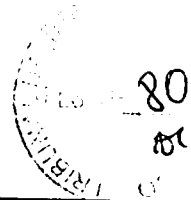
5723
Recife, 02 de junho de 2010.

Des. MAURO ALENCAR DE BARROS

Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS



HABEAS CORPUS: 214021-2 (0007094-05.2010.8.17.0000)
COMARCA ORIGEM: Caruaru (Vara do Tribunal do Júri)
IMPETRANTE: Bel. João Bosco Porto Guimarães e outro
PACIENTES: **JOSÉ ANTONIO DOS SANTOS**
ADILSON MENEZES SANTOS
RELATOR: Des. Mauro Alencar de Barros
ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal

228

RELATORIO

Trata-se de habeas corpus preventivo, com pedido liminar, impetrado pelos advogados João Bosco Porto Guimarães e Evanice Coelho de Medeiros Guimarães em favor de JOSE ANTONIO DOS SANTOS e ADILSON MENEZES SANTOS. Pretende-se, em síntese, a revogação dos decretos de prisão preventiva expedidos contra os pacientes no Inquérito Policial nº 0001712-80.2009.8.17.0480, em tramitação na Vara Privativa do Tribunal do Júri da Comarca de Caruaru.

Narra a defesa que os pacientes estão sendo investigados pelo homicídio de Luis Barbosa de Lima, ocorrido em 06/03/2009, nesta cidade; que não existem provas de autoria; que a denúncia ainda não foi oferecida; que JOSE ANTONIO DOS SANTOS é doente e tem 84 (oitenta e quatro) anos; que ADILSON MENEZES SANTOS está sofrendo de depressão.

Alega que a única ligação dos crimes com os pacientes se deu pelas testemunhas ouvidas até agora, quase todas informantes, por serem parentes e afins da vítima; que o inquérito policial já voltou inúmeras vezes, caracterizando constrangimento ilegal.

Pugna pela revogação da prisão preventiva dos pacientes por ausência de justa causa; alternativamente, requer a prisão domiciliar para JOSÉ ANTONIO DOS SANTOS ou sua prisão no 4º Batalhão de Polícia de Caruaru ou Presídio Militar, em razão do seu estado de saúde, idade e assistência de seus familiares.

Indeferido o pedido liminar (fls. 55/57).

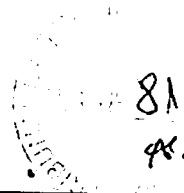
Prestadas as informações solicitadas (fls. 64/67) pela autoridade dita coatora.

O Ministério Público de 2º grau, em parecer subscrito pelo ilustre Procurador de Justiça em matéria criminal Luiz Diogo Filho, manifestou-se pela denegação da ordem (fls. 73/75).

Ma



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS



É o que havia de relevante para relatar.

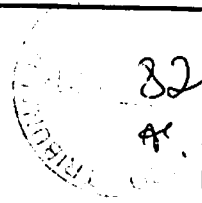
Recife, 02 de junho de 2010.

229

Des. Mauro Alencar de Barros
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS



HABEAS CORPUS: 214021-2 (0007094-05.2010.8.17.0000)
COMARCA ORIGEM: Caruaru (Vara do Tribunal do Júri)
IMPETRANTE: Bel. João Bosco Porto Guimarães e outro
PACIENTES: **JOSÉ ANTONIO DOS SANTOS**
ADILSON MENEZES SANTOS
RELATOR: Des. Mauro Alencar de Barros
ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal

230

VOTO DO RELATOR

Extrai-se dos autos que os pacientes estão sendo investigados por suposta participação no homicídio de Luis Barbosa de Lima, ocorrido em março de 2009.

Em suas informações, a autoridade dita coatora justificou a denegação do pedido de revogação das prisões preventivas nos seguintes termos (fls. 67):

"(...) Proclama a impetração que os acusados nunca se empenharam em subtrair-se ao alcance da justiça. O argumento não convence. Os denunciados cuidaram de evadir-se do distrito da culpa, mantendo-se desde então em lugar incerto e não sabido. Desse modo, observa-se que o comportamento dos pacientes, abstendo-se de comunicarem ao juízo seus paradeiros, faz procrastinar-se o início da instrução criminal e compromete severamente a aplicação da lei penal ao caso concreto. Assim, salvo melhor entendimento dessa Corte, exibem-se presentes os pressupostos que dão suporte às custódias preventivas de JOSE ANTONIO DOS SANTOS e ADILSON MENEZES SANTOS".

Vê-se que a decisão supra se fundamentou, em linhas gerais, no fato dos pacientes estarem foragidos do distrito da culpa, com o objetivo de se furta à aplicação da lei penal.

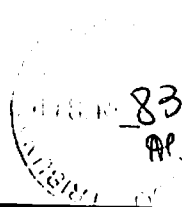
A jurisprudência desta Corte é farta no sentido de que é possível a decretação da prisão preventiva, no caso de réu foragido, para garantia da aplicação da lei penal:

Processual Penal - Habeas Corpus preventivo. Ausência de fundamentação do decreto cautelar prisional. Inocorrência. I - Estando o réu foragido, descabe a concessão de salvo-conduto, se a custódia cautelar está devidamente arrimada na garantia da ordem pública e para assegurar a aplicação da lei penal. II - Ordem denegada. Decisão unânime. (HC 178865-6, Rel. Des. Nivaldo Mulatinho, 3ª Câmara Criminal, Julg. 17/12/2008).

M



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS



HABEAS CORPUS PREVENTIVO. ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL ANTE A INEXISTÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA A MANUTENÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. FUGA DO PACIENTE. CUSTÓDIA QUE SE JUSTIFICA EM FUNÇÃO DA GARANTIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL E APLICAÇÃO DA LEI PENAL. HABEAS CORPUS DENEGADO. UNANIMIDADE. 1. A manutenção da custódia do paciente, in casu, se mostra necessária como forma de garantir a aplicação da lei penal e a instrução criminal, vez que, **o citado paciente, de acordo com os informes oficiais, se encontra foragido**. Ademais, não há comprovação da alegada primariedade do paciente, bem como de que possua endereço certo, justificando a prisão, nos termos do art. 311 e seguintes do CPP. 2. Os Tribunais Superiores vêm firmando o entendimento, segundo o qual, a fuga do réu do distrito da culpa é de per si o fundamento suficiente a embasar a decretação da custódia preventiva que visa assegurar o regular andamento do feito e a futura aplicação da lei penal. 3. Habeas Corpus denegado. 4. Unanimidade. (HC 178484-1, Rel. Des. Gustavo Lima, 4ª Câmara Criminal, 16/12/2008).

Não é demais ressaltar que há entendimento pacífico do STJ no sentido de considerar a evasão do distrito da culpa como motivo suficiente para a decretação da prisão do acusado, ainda que se trate de réu primário e de bons antecedentes, não havendo, portanto, o que se falar em nulidade da decisão que decretou a prisão do paciente. Observem-se os acórdãos abaixo:

EVASÃO DO DISTRITO DA CULPA ANTES DA ORDEM DE SEGREGAÇÃO. Se o paciente já se encontrava foragido quando da decretação de sua prisão, a segregação é plenamente justificada para fins de assegurar a aplicação da lei penal, nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Ordem denegada". (STF, HC 86780 / DF HABEAS CORPUS, Relator(a): Min. CARLOS BRITTO, Julgamento: 07/02/2006, Órgão Julgador: Primeira Turma)

"O decreto prisional encontra-se devidamente fundamentado, porquanto, além de demonstrar a necessidade da custódia cautelar para a garantia da ordem pública, ressaltou ter o réu se evadido do distrito da culpa, o que é, segundo entendimento pacífico desta Corte, causa suficiente, por si só, para justificar a imposição da medida constritiva, como forma de garantia do cumprimento da lei penal. A primariedade e os bons antecedentes do acusado não têm, por si só, o condão de revogar a segregação provisória, se a necessidade da prisão processual é recomendada por outros elementos dos autos".

(STJ, RHC 19.639/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 24.10.2006, DJ 20.11.2006 p. 342) (grifos nossos)

Neste sentido também encontramos decisões em outros tribunais:

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. PRISÃO PREVENTIVA. NECESSIDADE DA CUSTÓDIA CAUTELAR. RÉU FORAGIDO. CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL E APLICAÇÃO DA LEI PENAL. PRECEDENTES DO STJ.

1. O fato de o paciente encontrar-se foragido do distrito da culpa, há quase sete anos após a prática do delito, demonstra a sua vontade de se furtar da aplicação da lei penal e obstruir o regular andamento da instrução criminal. Precedentes do STJ. 2. **O acusado deve, primeiramente, apresentar-se à Justiça e demonstrar o seu firme propósito de não mais tumultuar o regular andamento do feito para, após, pleitear a revogação da medida cautelar ao Juízo da Comarca, porquanto, consoante se extrai dos autos, o paciente somente manifestou a sua intenção de se entregar depois de ter sido descoberto o local de seu paradeiro graças às diligências realizadas pela polícia por determinação do magistrado condutor do processo-crime.** 3. Ordem denegada. (HC 37663-MG, Min. Laurita Vaz, 5ª Turma, Julg. 25/10/2004)

79



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS

84
AC.

Expõe ainda a autoridade coatora que a conduta criminosa imputada aos ³²pacientes teve grande repercussão na cidade, e a prematura liberação dos pacientes afetaria a credibilidade da justiça, repercutindo negativamente na conduta dos administrados em face do flagrante desrespeito às instituições públicas.

É certo que nulidade haveria se o decreto não tivesse analisado, à luz dos dados fáticos e jurídicos, os pressupostos necessários para a segregação preventiva.

Preceitua o artigo 312 do Código de Processo Penal que a prisão preventiva poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.

O Juízo monocrático fundamentou a decisão como medida a frustrar a pretensão dos pacientes de continuarem se esquivando da incidência da lei penal que vem sendo frustrada em decorrência da sua ausência do distrito da culpa.

A referida decisão está pautada em elementos concretos dos autos e não em meras conjecturas, não se podendo falar nem em carência de fundamentação do decreto preventivo, nem em ausência, na espécie, dos requisitos elencados no artigo 312 do CPP.

Não há também que se falar em excesso de prazo para o oferecimento da denúncia, pois o comportamento dos pacientes tem prejudicado o andamento processual, não podendo a suposta demora ser atribuída ao Poder Judiciário ou à acusação.

Quanto à alegação de que não há provas suficientes de autoria a justificar o decreto de prisão preventiva, é pacífico na jurisprudência que o remédio heróico do habeas corpus não admite dilação probatória.

"Vislumbrada pela instância ordinária a existência de indícios suficientes da autoria criminosa, para a instauração da ação penal, o exame da pretensão ora deduzia implicaria, para afastar o substrato fático em que se ampara a acusação, na dilação probatória dos autos, o que, como é sabido, não é possível na estreita e célere via do habeas corpus". (HC 47.198/BA, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 16.02.2006, DJ 20.03.2006 p. 321)

Por todo o exposto, DENEGO a ordem de *habeas corpus*.

Recife, 02 de junho de 2010.

Des. MAURO ALENCAR DE BARROS
Relator